

Aula 7

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

META

Apresentar os conceitos de campo e cidade e as questões ideológicas que os envolve.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

A partir do estudo das questões conceituais sobre o rural já vistas em aulas anteriores, identificaremos agora o conceito de urbano, caracterizando-o em relação ao rural.

Cecilia Maria Pereira Martins

INTRODUÇÃO

Caro aluno(a):

Nesta aula falaremos sobre a relação campo cidade, a partir das quatro grandes referências teóricas da geografia, que são: tradicional, pragmática (quantitativa) crítica e fenomenológica.

Na visão positivista da geografia tradicional, o campo e a cidade são explicados como espaços e/ ou regiões onde o homem, a natureza e a economia estão presentes; estes elementos da geografia estão fragmentados por uma neutralidade científica, bem como por características empíricas e naturalistas. O que realmente caracteriza esta fase é a descrição Generalizada sobre a cidade e o campo, numa categoria de aparência e paisagem. O que era visto era a relação do homem com a natureza e não a relação que existe entre os homens.

Sem a preocupação com a ordem cronológica destes fatos, já vista em outras aulas passadas, continuamos com as referências teóricas necessárias para o início da compreensão da relação campo-cidade. Com a renovação do pensamento geográfico, a geografia começa um processo menos descritivo da relação que existe entre campo e cidade. Inicia-se a chamada geografia quantitativa, também conhecida como teórica, que começa a usar dados numéricos relativos ao desenvolvimento das cidades, esquecendo o campo. Neste momento perdem na análise os valores verdadeiramente humanos em detrimento do capital. Além disto, este momento é marcado pela desterritorialização do campo, explicadas pelas condições escassas de trabalho, que dificultavam a sobrevivência das famílias de camponeses. As cidades, então, ganham destaque as cidades, que se tornam então o centro das indústrias, da produção, do comércio, como também a zona de concentração da população e de acúmulo de capital.

Num momento posterior, surge a necessidade da geografia em se tornar crítica, que acontece com a alteração do posicionamento dos estudiosos e das classes políticas, com relação aceitação de posturas críticas em seus debates estudos.

Finalmente existe o rompimento com o conceito tradicional e uma reflexão além dos números, mostrando a identidade das classes urbanas e rurais e o antagonismo das classes sociais.

No campo ganham destaques nestes confrontos os movimentos sociais que atuam em defesa e respeito da terra, além da lutado sistema que privilegia poucos e desrespeita os povos, enquanto que na cidade o que prevalece é uma consciência de classe, despertada pelos sindicatos, organizações, dos movimentos que lutam pela moradia, em protesto contra as amarras que o capital impõe ao urbano e ao rural. E por fim chegamos ao enfoque fenomenológico que estuda tanto a cidade e o campo a partir de múltiplos pontos de vista e diferentes campos do conhecimento. A fenomenologia

contempla uma leitura mais humana nos espaços, transformando estes espaços em lugares vividos, percebidos e sentidos pelos indivíduos.

Nos últimos tempos, houve uma ideia equivocada assumida pelos estudiosos da Geografia de que haveria o desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e uma consequente urbanização total do planeta. Em parte, estes equívocos, resultam das análises dos dados censitários divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que definem como urbana a população residente nas sedes (cidades) dos municípios e dos distritos (vilas). Segundo o IBGE, diferencia-se a população urbana da rural pela localização do município, sendo que os perímetros são determinados por leis municipais.

A partir dos critérios adotados pelo IBGE o que se verifica é um aumento significativo da população dita urbana no Brasil, considerando-se os níveis de urbanização iguais aos dos países desenvolvidos e desconsiderando-se que a maioria das cidades brasileiras tem sua população inferior a 20 mil habitantes. Ainda pensando nos equívocos relacionados ao aumento da população urbana, considerando-se a classificação do IBGE, conclui-se que não houve êxodo rural no Brasil e sim, uma grande migração da população do campo para as cidades nos últimos 60 anos. (de 34 milhões de habitantes no campo, em 1950, para 29 milhões em 2010).

O esvaziamento do campo está intimamente ligado ao processo de modernização, entendido pela cidade e pelo campo como a urbanização do campo. Para o campo o moderno está associado ao modelo químico-mecânico fóssil e transgênico, ultimamente chamado de agronegócio, monocultor, latifundiário e exportador. Também está associada à expansão das atividades tipicamente urbanas e/ou da lógica da produção urbana para o campo, aumentando assim a subordinação do campo ao grande capital ao agronegócio. Por outro lado, os camponeses que representam atraso, o arcaico, são considerados como entraves ao processo e territorialização do agronegócio.

Desta forma,

“O campo não precisa de gente e nem de redistribuição fundiária, pois tudo se resolve e se resolverá via mecanização e produção de mercadorias (soja, cana, eucalipto e seus derivados) para abastecer o mercado brasileiro e o mundial mantendo-se os seus pilares: latifúndio, monocultura, distribuição ambiental, modelo químico-mecânico-fóssil-transgênico e a exploração da mão-de-obra. O território está em disputa” (NARDAQUE, 2013, p.3).

A expansão do capital pelo campo, através do agronegócio e a apropriação das terras, são garantidas por ideologias que aceitam este modelo como o mais viável para o país, gerador de desenvolvimento, empregos, avanços tecnológicos, alimentos, procurando negar as resistências dos cam-

poneses, “frente à territorialização do agronegócio, no movimento histórico de suas recriações, inerentes ao próprio processo contraditório do avanço do capital”. (NARDAQUE, 2013, p.3.)

Porém, devemos lembrar que o campo não foi banido do nosso contexto econômico. A zona rural, subordinada os interesses urbanos, tralha no direito da satisfação direta ou indireta da cidade, que investe no campo, aumentado ainda mais esta insubordinação.

Podemos dizer, frente à situação do Brasil urbano-industrial, que o campo é responsável, em primeiro lugar, pela produção de gêneros para exportação, o que gera capitais que são revestidos na ampliação dessa produção, como também, gerando eu divisas empregadas nos suprimentos das necessidades financeiras do capital urbano e industrial.

Em segundo lugar, podemos dizer que o campo gera produção de matéria-prima que são utilizadas pela indústria, e no caso brasileiro, gera combustível, o etanol, diminuindo a nossa dependência em relação ao combustível importado. Os recursos não utilizados com a importação do petróleo poupam recursos que passam a ser investidos na infraestrutura no e também, nas cidades.

Por fim, é atribuição do campo a produção de alimentos, mas a produção de alimentos pouco ou nenhum benefício recebe do Estado. O que ocorre é que o capital urbano é beneficiado com a importação de alimentos de consumo obrigatório, que asseguram a reprodução do capital investido.

A modernização da economia subordinou o campo à cidade e modificou a orientação da produção rural, preservando a estrutura fundiária arcaica e transformando a zona rural em um mercado de consumo de itens como máquinas e tecnologia, cujo capital é revertido para as cidades.

A revolução científico-tecnológica, iniciada na segunda metade do século XX, intensificou os processos de urbanização e industrialização, promovendo o desenvolvimento do capitalismo no campo e a conseqüente modernização da agricultura. Esta modernização redefiniu os espaços rurais, dando-lhes nona dinâmica, diversificou os serviços urbanos, aumentou os fluxos de transporte e comunicações, reestruturou a interação das áreas rurais com os espaços urbanos. As novas relações sociais, econômicas e culturais entre o campo e a cidade, impõe que se pense, o rural e o urbano como espaços interdependentes e complementares.

É preciso ter bem claro que os estudos da relação campo-cidade são necessários para a compreensão da organização socioespacial, pois, nem o campo, nem a cidade podem ser entendidos separadamente, levando em conta a velha dicotomia de que o urbano significa moderno e o rural significa arcaico.

(...) não se pode pensar o urbano e o rural, o local e o global, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas socioespaciais que obrigam a permanecer reconfigurações das escalas de ação. O território

“urbanização”, numa escala mais ampla, em geral, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Na escala local, essas representações também se fazem presentes nas relações assimétricas que aí, também, vigoram. Entretanto, é aí, que se processam os movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras daqueles movimentos mais gerais que marcam o espaço contemporâneo. O local e geral/global aparecem integrados pelas escalas de ação. (RUA in ARAÚJO, OLIVEIRAS, SOUZA E SOARES, 2008, p. 115).

CONCLUSÃO

Iniciamos nossa conclusão lembrando que o pensamento positivista esteve presente na geografia tradicional, definindo as relações que estabeleceram entre o campo e cidade naquele momento. Mais tarde, a ciência geográfica rompeu com o positivismo, abraçando o materialismo histórico e dialético, revelando as classes sociais e suas identidades. Por fim, o enfoque fenomenológico, trazendo a tona uma geografia mais humana, estudando a cidade e o campo a partir de múltiplos pontos de vista.

Não devemos aceitar a ideia de o rural é o oposto ou continuum do urbano; deve ser pensado como um espaço que influencia e é influenciado pelo o urbano, aceitando valores urbanos e também mantendo valores rurais. O que é importante para a compreensão da relação campo-cidade são as relações existentes entre esses espaços como bem diz Rua (in Araújo, Oliveiras, Souza e Soares, 2008) “é a partir da análise das dimensões social, econômica, política e cultural que o geógrafo e a Geografia poderão entender melhor as identidades, os territórios e as territorialidades existentes entre o urbano e o rural, entre a cidade e o campo”.



RESUMO

Esperamos ter sido entendido que o meio rural deve ser estudado, compreendido a partir de suas relações com as cidades, quer sejam grandes centros ou pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local. É importante o papel desses centros na dinamização das áreas rurais, pois com elas existem trocas de produção e experiências. Desta forma as paisagens rurais se modificam com as novas estruturas vindas do urbano, além de se modificarem o comportamento dos indivíduos em relação a sua produção e seu gênero de vida; alterando-se suas relações sociais e de produção, e por consequência alterando-se as relações entre as categorias campo-cidade. Estas novas relações modificam o espaço geográfico.



ATIVIDADES

1. Analise as relações campo versus cidade.
2. Qual o elemento tem se mostrado dominante na relação campo-cidade.
3. Checar seu próprio entendimento sobre o meio rural e urbano como espaços complementares.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para responder estas perguntas estas perguntas, faça uma releitura da aula, percebendo as características de cada um dos espaços estudados, seus elementos diferenciadores e as variáveis que os aproxima.



AUTOAVALIAÇÃO

Quando terminar a leitura do texto, lembre-se de marcar seu nível de compreensão do mesmo.

Excelente ()

Bom ()

Regular ()

Ruim ()



PRÓXIMA AULA

Serão abordados os movimentos sociais no campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de, Oliveira, Hélio Carlos Miranda de, SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de e SOARES, Beatriz Ribeiro. Entre o Campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). Campo-Território: revista de geografia agrária, v.3, n.5, p.113-133, fev.2008.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? Terra livre. N.15. p.87-112, 2000. NARDOQUE, Sedeval. O campo e a cidade no ensino de Geografia, XXI Encontro Sul-mato-grossense de geógrafos, V Encontro Regional de Geografia. 26 a 28 de Junho de 2013- Dourados- Mato Grosso do Sul.

RUA, Joao. A resignificação do rural e as relações campo – cidade: uma contribuição geográfica. Revista da ANPEGE, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.